



CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

“CMPCD”

FRANCA

Ao quinto dia do mês de maio, às 09horas, na sede da SEDAS - Secretaria Municipal de Ação Social, reuniram-se os Conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa Com Deficiência – CMPCD para a vigésima oitava reunião ordinária no mês de Maio de 2015. Dando início à reunião, a 1ª Secretária, Sandra, fez a verificação de quórum e foi justificada as ausências das conselheiras Virgínia, Jocely, Carina, Tânia, Angélica, Cristina e Isabel. A reunião foi iniciada com a apresentação da convidada Agnes, Terapeuta Ocupacional, que compareceu juntamente com a conselheira Daniela, a convidada Agnes fará um trabalho na Secretaria de Desenvolvimento. Foi socializada a devolutiva sobre as credenciais com os conselheiros presentes, após reunião da comissão e análise do Jurídico, cuja proposta foi manter as porcentagens contidas na Lei e os critérios em relação a essas porcentagens seriam alterados. Mediante a Lei seria alterado somente a definição de Pessoa Portadora de Deficiência para Pessoa Com Deficiência. Em leitura do ofício enviado pelo secretário Carlos Arantes ao CMPCD, esse questionou sobre a validade de algumas credencias visto que algumas são antigas e as fotos desatualizadas e por isso em alguns eventos são barradas algumas pessoas com deficiência. O CMPCD encaminhou um ofício resposta com orientações, conforme os Critérios para Emissão e Distribuição das Credencias definidos pela Comissão de Trabalho. Este ofício foi lido aos conselheiros e será encaminhado ao secretário. A conselheira Daniela sugeriu que o modelo e os critérios fossem encaminhados para melhor documentar as credenciais. A conselheira Sandra redigirá o ofício e encaminhará a Secretaria de Desenvolvimento para maiores esclarecimentos e orientações. Foi esclarecido que são seis as Entidades que podem emitir as credencias: APAE, CEI, ADEFI, APADA, Sociedade Franca de Instrução e Trabalho para Cegos e CAMINHAR. A conselheira Viviane sugeriu que seria necessário que o CMPCD e/ou alguns conselheiros sentassem com os responsáveis do evento e fosse orientado sobre o uso das credencias e a entrada nos próprios públicos municipais. Os conselheiros discutiram a necessidade de divulgação sobre os critérios das credenciais em rádios e redes sociais. Na sequência foi apresentada a devolutiva sobre a análise e as alterações feitas pela Comissão de Trabalho sobre a Lei de Criação do Fundo e o Regimento Interno, Mariângela relatou que a Lei foi encaminhada e está aguardando a aprovação e o Regimento Interno está sendo trabalhado pela Comissão de Trabalho. Mariângela sugeriu que seria necessária uma reunião extraordinária para realizar a leitura do Regimento devido à extensão do documento e que

40 demanda uma discussão, abrir para questões polêmicas ou não. O conselheiro
41 Manoel disse que foram feitas algumas modificações e nenhuma alteração. A
42 conselheira Simone ressaltou a importância de realizar uma reunião
43 extraordinária devido à necessidade de se pensar sobre critérios, o que vai ser
44 alterado demanda tempo. Ou se permanecer como no COMUTI que existe uma
45 Resolução conjunta que precisou ser elaborada na qual todas as Entidades que
46 já são cadastradas no Conselho de Assistência segue toda uma tramitação de
47 documentação, de registro de Estatuto, de Planejamentos de Trabalho e Plano
48 de Atividades. Mediante a complexidade das questões e questionamentos que
49 envolvem o Regimento, os conselheiros resolveram agendar uma reunião
50 extraordinária para o dia 19 de maio para realizar a leitura da Lei já aprovada e
51 trabalhar no Regimento. A conselheira Daniela sugeriu atrelar a Lei Federal
52 13.019 nessa discussão. Para exemplificar, Mariângela comentou que nessa Lei
53 não se pode repassar recursos do Fundo para reforma, ampliação e/ou
54 construção. Em 09 de abril na reunião com a Defensoria Pública não houve
55 participação de conselheiros. A conselheira Viviane participou da reunião com o
56 promotor Dr. Fernando cujo assunto era referente ao TAC – Termo de
57 Ajustamento de Conduta - do Ministério Público sobre a Rede de Hotéis e
58 Motéis de Franca, para fazer adequações específicas nos quartos para a pessoa
59 com deficiência e nos estacionamentos dos hotéis. Na sequência conversou
60 sobre a PL Nº 36/2015, de autoria do Vereador Jépy Pereira, que dispõe sobre a
61 obrigatoriedade de fiscalização do uso de vagas destinadas aos Idosos e
62 Pessoas com Deficiência em estabelecimentos. Mariângela relatou que na Lei
63 aprovada, não fala nada de fiscalização e sim a apresentação do cartão de
64 identificação, em lugar visível, emitido conforme Resolução. O conselho
65 discutiu que a fiscalização é o maior problema e isso não ficou especificado.
66 Segundo o conselheiro Fernando, se o estacionamento é privado, nem a Polícia
67 Militar, nem a Guarda Municipal podem fazer a autuação. Em lugares públicos a
68 solicitação do Promotor Dr. Fernando é tirar foto e encaminhar a Promotoria
69 Pública. Os conselheiros discutiram que seria importante alguém conversar
70 com a Comissão de Acessibilidade da Câmara e apresentar um
71 encaminhamento com a demanda de problemas que existem em relação à
72 questão das vagas. A conselheira Fernanda sugeriu um convite para os
73 vereadores participarem de uma reunião no Conselho, mas a reunião coincide
74 com a reunião ordinária da Câmara. A Comissão de Trabalho de Legislação
75 tentará conversar na Câmara. O Conselho levará o ofício em mãos para
76 documentar a visita. A conselheira Karla relatou sobre o 2º Seminário de
77 Deficiência Intelectual e Inclusão Escolar – “Um olhar para as Possibilidades”
78 que aconteceu no dia 25 de abril, em comemoração a Semana da Síndrome de
79 Down. As palestras foram ministradas por uma fonoaudióloga falando sobre a
80 importância do pré-requisito da linguagem na alfabetização, de uma

81 fisioterapeuta e de uma terapeuta ocupacional falando sobre as adaptações
82 necessárias para a Pessoa com Deficiência. A conselheira Karla disse que ainda
83 falta uma compreensão nesse trabalho multidisciplinar. Em relação à
84 participação na Feira Internacional – REATECH, os conselheiros não puderam
85 participar. Foram alguns profissionais da Secretaria de Educação e do CEI, mas
86 não participaram do Ciclo de Palestras sobre Prevenção e Combate à Violência
87 contra PCDs. Os profissionais tinham o foco nas tecnologias assistivas e nos
88 recursos adaptados. A conselheira Cristina enfatizou o trabalho da Sociedade
89 dos Cegos, dos recursos de tecnologia assistiva, do acervo de livros em braille
90 que a Entidade possui. Sobre a Caravana da Inclusão, Mariângela comentou que
91 é um projeto estadual de inclusão da Pessoa com Deficiência. A visita na cidade
92 de Franca está prevista para o dia 31 de julho, mas ainda não foi assinado o
93 protocolo de intenção de receber, segundo a ligação do Pastor Otávio ao
94 Conselho. A proposta de um cadastro único foi discutida, mas não tem nenhum
95 encaminhamento mais detalhado. A conselheira Daniela trouxe a questão da
96 parceria do Conselho do Turismo com o Polo de Informática, de Tecnologia da
97 ACIF. Ficou combinado que Daniela irá consultar, captar informações do Polo e
98 o Conselho colocará em pauta novamente em reunião. Nada mais a registrar a
99 reunião foi finalizada por mim Sandra Cristina Calandria Pedigone, lavrada e
100 segue assinada por mim e demais presentes. Franca, 05 de maio de 2015.